

PREGÃO ELETRÔNICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº SIPAC 24/2026 – Contratação: SRP 153065-53/2026

Processo Administrativo nº 23074.093468/2026-65

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CNPJ 24.098.477/0001-10, por meio do(a) de Licitação - PRA, sediado(a) Jardim Universitário, SN, bairro Castelo Branco, na cidade de João Pessoa/PB , CEP 58051-900, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço , [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 11/11/2026

Hora Inicial: 14:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é MATERIAL DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens 1 a 85 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#), e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a

efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito

ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Marca.

6.1.2. Fabricante.

6.1.3. Valor expresso em Reais (R\$).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

Se q	Item/Grupo	Intervalo Mínimo
1	Para itens com valor unitário de até R\$ 10,00	R\$ 0,01
2	Para itens com valor unitário de R\$ 10,01 até R\$ 100,00	R\$ 0,10
3	Para itens com valor unitário acima de R\$ 100,00	R\$ 1,00

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

7.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o , auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com

indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente, conforme art. 95, II, da Lei 14.133.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 (três) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sipac.ufpb.br/public/jsp/portal.jsf>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou

adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5,

14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: através do e-mail institucional: compras_cpl@pra.ufpb.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.pra.ufpb.br/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

16. 11. 1. 1. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

16. 11. 1. 1. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

16. 11. 1. 1. APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

16.11.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

João Pessoa, 27 de outubro de 2026

.....

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: SET/2026

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 2c701e1793124625826

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPOS I

Termo de Referência 60/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
60/2026	153065-UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPOS I	NADIA RODRIGUES GOMES DO NASCIMENTO GALVAO	23/10/2026 09:38 (v 0.6)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	53/2026	23074.093468/2026-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de MATERIAL DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM mediante Sistema de Registro de Preços - SRP, para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA , nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e entidades participantes.

			ÓRGÃO GERENCIADOR:UFPB (UASG 153065) ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SOF (UASG 153066), CCHSA (UASG 153074), CCA (UASG 153073)							
ITEM	UNIDADE	CÓDIGO CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	PRA	SOF	CCHSA	CCA	QUANT. TOTAL	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL
1	UND	248997	AÇUCAREIRO, MATERIAL AÇO INOXIDAVEL - 300GR FORMATO: OVAL, COM TAMPA E COLHER	31	5			36	R\$ 14,43	R\$ 519,48
2	UND	453684	BALANÇA DIGITAL DE COZINHA. - CAPACIDADE DE PESAGEM: 10 KG; - RESOLUÇÃO: 1 G - VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD). - SISTEMA DE TARA; - FUNÇÃO QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS O USO; - INDICADOR DE EXCESSO DE PESO; - ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AA (INCLUSAS); - GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	27		5		32	R\$ 20,50	R\$ 656,00
3	UND	479594	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; 7 LITROS; MEDIDAS APROXIMADAS: 45 CM DE COMPRIMENTO, 28 CM DE LARGURA E 8 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL;	110			20	130	R\$ 13,30	R\$ 1.729,00

			SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE;							
4	UND	320842	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; APROXIMADAMENTE 3 LITROS; MEDIDAS APROXIMADAS: 30 CM DE COMPRIMENTO, 20 CM DE LARGURA E 7 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE.	93		20	113	R\$ 15,00	R\$ 1.695,00	
5	UND	364735	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; MEDIDAS APROXIMADAS: 55 CM DE COMPRIMENTO, 38 CM DE LARGURA E 8 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE;	78		20	98	R\$ 28,00	R\$ 2.744,00	
6	UND	325666	BOBINA DE PLÁSTICO FILME PVC, MATERIAL: PVC – CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FILME: ESTICÁVEL, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, COMPRIMENTO: 300 M, LARGURA: 38 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	766	10	21	797	R\$ 36,67	R\$ 29.225,99	
7	UND	460049	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 25 X 35, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 35 CM, LARGURA: 25 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 3 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	70		21	91	R\$ 24,41	R\$ 2.221,31	
8	ROLO 500 UND	429964	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 30 X 40, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 40 CM, LARGURA: 30 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 4 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	65		100	21	186	R\$ 32,45	R\$ 6.035,70
9	BOBINA 500 UND	441934	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 40 X 60, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 60 CM, LARGURA: 40 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 10 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	51		21	72	R\$ 46,10	R\$ 3.319,20	
10	UND	307499	BOMBONA: FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; RESISTENTE A MATERIAIS CORROSIVOS; RÍGIDA; CAPACIDADE DE 200 LITROS; COM TAMPA ROSQUEÁVEL EM POLIETILENO; COM ALÇAS LATERAIS; COR: AZUL.	23			23	R\$ 243,75	R\$ 5.606,25	
11	UND	401610	CAÇAROLA, MATERIAL: AÇO INOX, CAPACIDADE: 1,80 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	18			18	R\$ 193,79	R\$ 3.488,22	
12	UND	444502	CAÇAROLA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2,9 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO TRIPLO, 2 ALÇAS REFORÇADAS E TAMPA.	16			16	R\$ 219,00	R\$ 3.504,00	
13	UND	364754	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM TAMPA, MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE. CAPACIDADE MÍNIMA	212	4	20	236	R\$ 37,50	R\$ 8.850,00	

			15 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 44 CM, LARGURA 34,50 CM, ALTURA 15 CM.							
14	UND	314499	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM TAMPA, MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE. CAPACIDADE MÍNIMA 30 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 40CM, LARGURA 33 CM, ALTURA 27 CM.	179			20	199	R\$ 45,80	R\$ 9.114,20
15	UND	438013	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 4,3 LITROS E TAMPA COM TRAVAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 26 X 14 X 17 CM.	128			20	148	R\$ 34,40	R\$ 5.091,20
16	UND	440739	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 56 LITROS COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 55,5 X 36,5 X 40,3 CM.	127			20	147	R\$ 78,30	R\$ 11.510,10
17	UND	314498	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 8,6 LITROS E TAMPA COM TRAVAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 X 13,3 X 27 CM.	92			20	112	R\$ 36,82	R\$ 4.123,84
18	UND	433046	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 80 LITROS COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 63,1 X 44,1 X 41,6 CM.	93			30	123	R\$ 169,00	R\$ 20.787,00
19	UND	614542	CAIXA TÉRMICA (TIPO COOLER), MATERIAL TERMOPLÁSTICO, CAPACIDADE 5 LITROS, COM ALÇA DE MÃO ARTICULÁVEL, TAMPA COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 25 X 17 X 19 CM.	13				13	R\$ 47,73	R\$ 620,49
20	UND	278458	CANECAS PLASTICAS FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP); PRODUTO LIVRE DE BISFENOL-A (BPA), COM ALÇA LATERAL.	210				210	R\$ 1,89	R\$ 396,90
21	UND	393526	COADOR TIPO PENEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO, DIÂMETRO: 17 CM	30	1			31	R\$ 22,90	R\$ 709,90
22	PCT	356518	COLHER DESCARTÁVEL, PLÁSTICO INCOLOR, DIMENSÃO 9,5 CM (SENDO ACEITÁVEL VARIAÇÃO NESSAS MEDIDAS DE 10% PARA MAIS OU MENOS), PARA MEXER CAFÉ. PACOTE COM 100 UNIDADES	343	41			384	R\$ 5,53	R\$ 2.123,52
23	KIT 6 TAÇAS	467162	CONJUNTO TAÇAS DE VIDRO, UNIDADES: KIT COM 6 TAÇAS, CAPACIDADE: 340 ML POR TAÇA, MATERIAL: VIDRO, DESIGN: TEXTURA EM RELEVO DIAMANTE, ALTURA: 16 A 17 CM, DIÂMETRO DA BOCA: 8 A 9 CM.	23	10		20	53	R\$ 40,85	R\$ 2.165,05
			COPO DESCARTÁVEL 50 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES. ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMAÇÕES E SUJIDADES (INTERNAS OU EXTERNAS), BORDAS LISAS (SEM REBARBAS), ACONDICIONADO EM MANGAS COM 100 COPOS. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAPAZ DE CONTER LÍQUIDOS FRIOS OU QUENTES, RESISTENTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 100°C. INFORMAÇÕES EM ALTO RELEVO NO FUNDO DO COPO: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE,							

24	PACOTE	419309	CAPACIDADE DO COPO E SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PLÁSTICO PARA FINS DE RECICLAGEM, CONFORME A NBR-13230. EMBALAGEM COM AS SEGUINTE INFORMações ESTAMPADAS: NOME E CNPJ DO FABRICANTE, NÚMERO DE TELEFONE DO SAC, CAPACIDADE DO COPO, QUANTIDADE DE COPOS E GRAMATURA MÍNIMA DE CADA COPO. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RESÍDUOS DE MATERIAL PLÁSTICO EM SEU INTERIOR, NEM QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA QUE VENHA A CONTAMINAR OU COMPROMETER SEU CONTEÚDO. MARCA REGISTRADA. (PACOTE COM 100 UNIDADES).	2.182	2		500	2.684	R\$ 2,75	R\$ 7.381,00
25	PCT	413185	COPO DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, 180ML, REFORÇADO, MATERIAL (PP) POLIPROPILENO (AMASSA E NÃO QUEBRA), ATOXICO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUIROS, DEFORMAÇÕES E SUJIDADES (INTERNAS OU EXTERNAS), BORDAS LISAS (SEM REBARBAS), DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAPAZ DE CONTER LÍQUIDOS FRIOS OU QUENTES, RESISTENTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 100°C. INFORMações EM ALTO RELEVNO NO FUNDO DO COPO: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO E SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PLÁSTICO PARA FINS DE RECICLAGEM, CONFORME A NBR 13230. EMBALAGEM COM AS SEGUINTE INFORMações ESTAMPADAS: NOME E CNPJ DO FABRICANTE, NÚMERO DE TELEFONE DO SAC, CAPACIDADE DO COPO, QUANTIDADE DE COPOS E GRAMATURA MÍNIMA DE CADA COPO. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RESÍDUOS DE MATERIAL PLÁSTICO EM SEU INTERIOR, NEM QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA QUE VENHA A CONTAMINAR OU COMPROMETER SEU CONTEÚDO. MARCA REGISTRADA. (PACOTE COM 100 UNIDADES).	8.165	600		1000	9.765	R\$ 4,82	R\$ 47.067,30
26	UND	628944	DISPENSADOR PLÁSTICO DE COPOS DESCARTÁVEIS DE 150-200 ML, CAPACIDADE: 100 UNIDADES.	156	15		50	221	R\$ 46,49	R\$ 10.274,29
27	UND	461335	EMBALAGEM PLÁSTICA TIPO GARRAFA, EM PET VIRGEM, TRANSPARENTE, GRAU ALIMENTÍCIO, ATÓXICA, PRÓPRIA PARA CONTATO COM ALIMENTOS, CAPACIDADE DE 500 ML, COM TAMPA PLÁSTICA NA COR AMARELA ROSQUEÁVEL COM VEDAÇÃO.	524				524	R\$ 2,00	R\$ 1.048,00
28	KG	481311	EMBALAGEM PLÁSTICA, FORMA SACO, LARGURA ENTRE 60CM E 90CM, ALTURA ENTRE 80CM E 120CM, MATERIAL POLIETILENO, ESPESSURA ENTRE 0,15MM E 0,20MM, COR INCOLOR,	32				32	R\$ 33,68	R\$ 1.077,76

			CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE E REFORÇADO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE.							
29	UND	398237	ESCORREDOR DE LOUÇA DE AÇO INOXIDÁVEL. - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; - CAPACIDADE: 20 PRATOS; - COMPARTIMENTO PARA TALHERES, XÍCARAS, COPOS E DIVERSOS; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	24				24	R\$ 143,99	R\$ 3.455,76
30	UND	468503	ESPÁTULA, TIPO PÃO DURO, MATERIAL: SILICONE, COMPRIMENTO: 29+1 CM, APLICAÇÃO:COZINHA.	19		12		31	R\$ 18,05	R\$ 559,55
31	UND	242461	ESPRESSO ELÉTRICO DE FRUTAS CÍTRICAS, PARA USO DOMÉSTICO, POTÊNCIA APROXIMADA DE 30 W, TENSÃO 220 V, ACIONAMENTO AUTOMÁTICO POR PRESSÃO, ACOMPANHADO DE JARRA COLETORA, PENEIRA E CONES PARA EXTRAÇÃO DE SUCO DE LARANJA E LIMÃO.	7				7	R\$ 89,99	R\$ 629,93
32	UND	357199	FACA CHEF TIPO PROFISSIONAL DE 6". - CABO ERGONÔMICO DE POLIPROPILENO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA; - MODELO DE REFERÊNCIA: FACA CHEF 6" CENTURY TRAMONTINA	10	1			11	R\$ 239,01	R\$ 2.629,11
33	UND	282595	FACA PARA DESOSSA PROFISSIONAL DE 6". - CABO ERGONÔMICO DE POLIPROPILENO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA; - MODELO DE REFERÊNCIA: FACA PARA DESOSSAR INOX 6" CENTURY TRAMONTINA	6				6	R\$ 147,24	R\$ 883,44
34	UND	636350	FAQUEIRO COM 20 PEÇAS, COMPOSTO POR 4 COLHERES DE MESA, 4 COLHERES DE CHÁ, 4 FACAS PARA CHURRASCO, 4 GARFOS DE MESA E 4 GARFOS PARA SOBREMESA, CONFECCIONADOS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABOS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE.	38				38	R\$ 64,12	R\$ 2.436,56
35	UND	294447	FAQUEIRO DE INOX COM 24 PEÇAS. - ESPESSURA: 3 MM - MATERIAL DOS TALHERES: AÇO INOXIDÁVEL - MATERIAL DO CABO: AÇO INOXIDÁVEL - QUANTIDADE DE FACAS: 6 UND; - QUANTIDADE DE GARFOS: 6 UND; - QUANTIDADE DE COLHERES DE MESA: 6 UND; - QUANTIDADE DE COLHERES DE CAFÉ: 6 UND; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	23	11		10	44	R\$ 57,90	R\$ 2.547,60
36	UND	465884	FORMA DE PIZZA. MATERIAL: ALUMÍNIO ESPESSURA: 1 MM FORMATO: REDONDA ALTURA APROXIMADA: 2 CM APLICAÇÃO: PIZZA DIÂMETRO APROXIMADO: 40 CM.	21				21	R\$ 27,90	R\$ 585,90
37	UND	352619	FORMA PARA FABRICAÇÃO DE PRESUNTO. - CAPACIDADE: 1,150 KG; - MATERIAL: AÇO INOX 304 OVAL; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	2			1	3	R\$ 650,75	R\$ 1.952,25
			FORMA, MATERIAL: ALUMÍNIO,							

38	UND	465744	TAMANHO: Nº 3, FORMATO: RETANGULAR, LARGURA: 11+-1 CM, COMPRIMENTO: 27+1 CM, ALTURA: 6+1CM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO PÃES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABA DE 1 CM.	37				37	R\$ 35,36	R\$ 1.308,32
39	UND	272254	FRASCO BORRIFADOR PULVERIZADOR MANUAL COM CAPACIDADE NOMINAL DE 500 ML, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO PET TRANSPARENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, DOTADO DE VÁLVULA TIPO SPRAY TRIGGER (GATILHO) EM POLIPROPILENO, COM BICO REGULÁVEL PARA APLICAÇÃO EM JATO OU NÉVOA E SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA. O PRODUTO DEVERÁ SER REUTILIZÁVEL, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO E COMPATÍVEL COM ÁGUA, ÁLCOOL 70%, DESINFETANTES, DETERGENTES DILUÍDOS E DEMAIS SOLUÇÕES DE LIMPEZA NÃO CORROSIVAS, SENDO INDICADO PARA APLICAÇÕES DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E PULVERIZAÇÃO EM GERAL	781	5			786	R\$ 4,65	R\$ 3.654,90
40	UND	474431	FRASCO PARA ÁLCOOL COM VÁLVULA PUMP 500ML. FRASCO PLÁSTICO PARA APLICAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁLCOOL LÍQUIDO OU EM GEL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO. CAPACIDADE PARA 500ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VÁLVULA PUMP ROSQUEÁVEL. PRODUTO DE HIGIENE.	329	5		200	534	R\$ 6,11	R\$ 3.262,74
41	UND	444499	FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: RASA, DIÂMETRO: 25 CM, REVESTIMENTO: ANTIADERENTE, MATERIAL CABO: BAQUELITE.	22	1			23	R\$ 43,11	R\$ 991,53
42	PCT 50 UND	236043	GARFO DE FESTA DESCARTÁVEL, UNIDADE: PACOTE COM 50 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: GARFO, COR: PRETO, VERDE OU AZUL, TAMANHO: 12 A 14 CM, APLICAÇÃO: SOBREMESAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEVENDO ESTAR EMBALADO, SEM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU TRANSPORTE.	673	22			695	R\$ 3,81	R\$ 2.647,95
43	UND	384413	GARRAFA TÉRMICA DE 1 L, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA TIPO PRESSÃO, AMPOLA INQUEBRÁVEL.	113	4		10	127	R\$ 99,50	R\$ 12.636,50
44	UND	229112	GARRAFÃO MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 20 L, APLICAÇÃO: ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, VASILHAMES EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE (POLIPROPILENO) REUTILIZÁVEIS; DEVEM POSSUIR TAMPA VEDANTE REUTILIZÁVEL E ÁREA PARA LACRE DE SEGURANÇA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; HOMOLOGADOS PELA ANVISA E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 14222/14328.	852	4		150	1.006	R\$ 20,35	R\$ 20.472,10
			GUARDANAPO DE PAPEL MACIO, NA COR							

45	PACOTE 50 UND	243002	BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 23 X 22 CM. CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% FIBRA CELULÓSICA VIRGEM, EM FOLHA SIMPLES. ALVURA SUPERIOR A 70%, EM CONFORMIDADE COM A NORMA ISO, E IMPUREZA MÁXIMA DE 15 MM²/M², SEGUNDO A NORMA TAPPI T 437 OM-90. O PRODUTO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE RASTREABILIDADE E ORIGEM DOS INSUMOS DE MADEIRA A PARTIR DE FONTES DE MANEJO SUSTENTÁVEL, DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14790: 2011, UTILIZADA PELO CERFLOR, OU COM O PADRÃO FSC-STD-40-004 V2-1. A COMPROVAÇÃO DA CONFORMIDADE DEVE SER FEITA POR MEIO DO CERTIFICADO DA CADEIA DE CUSTÓDIA E/OU SELO DE CADEIA DE CUSTÓDIA DO CERFLOR OU DO FSC. O PRODUTO DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, QUE DEVERÁ CONTER A COMPOSIÇÃO, O NOME DO FABRICANTE OU IMPORTADOR, ENDEREÇO COMPLETO E O NÚMERO DE TELEFONE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SAC). PRODUTO COM MARCA REGISTRADA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	3.324	388		3.712	R\$ 1,48	R\$ 5.493,76	
46	UNIDADE	242520	JARRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: REDONDO, COM TAMPA E ALÇA.	52			10	62	R\$ 75,00	R\$ 4.650,00
47	UND	616054	JOGO DE PANEAS COM 10 PEÇAS, CONFECCIONADAS EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIADERENTE, CABOS, ALÇAS E PEGADORES EM MATERIAL ANTITÉRMICO, PANEAS E CAÇAROLAS ACOMPANHADAS DE TAMPAS DE VIDRO TEMPERADO COM BORDAS EM AÇO INOX, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO: 2 PANEAS COM CAPACIDADES APROXIMADAS ENTRE 0,8 E 1,4 LITRO; 2 CAÇAROLAS COM CAPACIDADES APROXIMADAS ENTRE 2 E 2,8 LITROS; 2 FRIGIDEIRAS; 1 FERVEDOR; 1 PANQUEQUEIRA OU TAPIOQUEIRA; E 2 ASSADEIRAS, SENDO UMA RASA E UMA REDONDA. COR PRETA, GRAFITE OU SIMILAR.	5				5	R\$ 361,68	R\$ 1.808,40
48	UND	616054	JOGO DE PANEAS COM 5 PEÇAS, CONFECCIONADAS EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO INTERNO ANTIADERENTE, CABOS E ALÇAS EM MATERIAL ANTITÉRMICO, CONTENDO PANEAS, CAÇAROLA E FRIGIDEIRA, ADMITIDA COMPOSIÇÃO EQUIVALENTE.	24				24	R\$ 327,33	R\$ 7.855,92
49	UND	631378	JOGO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, CONTENDO 5 PEÇAS, COMPOSTO POR CONCHA, COLHER, ESCUMADEIRA OU PÁ, ESPÁTULA OU GARFO E PEGADOR DE MASSA, ADMITIDA COMPOSIÇÃO FUNCIONAL EQUIVALENTE.	25	1			26	R\$ 70,84	R\$ 1.841,84
			KIT COM 3 TRAVESSAS OVAIS RASAS,							

50	UND	219102	CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL, CONTENDO UMA TRAVESSA PEQUENA, UMA MÉDIA E UMA GRANDE, COM COMPRIMENTOS APROXIMADOS ENTRE 21 E 30 CM, APROPRIADAS PARA SERVIR ALIMENTOS.	20				20	R\$ 31,82	R\$ 636,40
51	KIT/CONJUNTO	437563	KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO DE BOTIJÃO DE GÁS (GLP), COMPOSTO POR 1 (UM) REGULADOR DE PRESSÃO, 1 (UMA) MANGUEIRA FLEXÍVEL PARA GLP (DESTINADO AO USO EM BOTIJÕES P13) E 2 (DUAS) ABRAÇADEIRAS METÁLICAS, FABRICADAS EM AÇO CARBONO ZINCADO OU AÇO INOXIDAVEL, COMPATÍVEIS COM A MANGUEIRA. A MANGUEIRA DEVE SER FABRICADA EM PVC FLEXÍVEL REFORÇADO COM MALHA TÊXTIL, COMPRIMENTO DE 1,20M A 1,25 M; O REGULADOR DE PRESSÃO E A MANGUEIRA DEVEM POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, E ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) APLICÁVEIS ÀS PORTARIAS E REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO INMETRO VIGENTES.	100	5			105	R\$ 57,75	R\$ 6.063,75
52	UND	623201	PANELA PRESSÃO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 4,5 L, MATERIAL CABO: BAQUELITE, SISTEMA SEGURANÇA: VÁLVULAS E TRAVA EXTERNA.	10				10	R\$ 446,41	R\$ 4.464,10
53	UND	228893	PANO PRATO, EM TECIDO SACO ALVEJADO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ACABAMENTO COSTURADO (ARREMATE) NAS BORDAS, FELPUDO, ATOALHADO E LAVÁVEL, UNIDADE. DIMENSÕES MÍNIMAS: 45X65CM (CXL), COM TOLERÂNCIA DE +/- 2CM.	853	53		100	1.006	R\$ 2,79	R\$ 2.806,74
54	UND	233708	PAPEL ALUMÍNIO EM ROLO, LARGURA 45 CM X COMPRIMENTO 7,5 M.	592	10		100	702	R\$ 6,47	R\$ 4.541,94
55	UND	340210	PAPEL FILME DE PVC EM ROLO MEDINDO 28 CM X 30 M.	982			100	1.082	R\$ 6,92	R\$ 7.487,44
56	PCT/6 ROLOS	290376	PAPEL TOALHA BOBINA, FOLHA SIMPLES, MEDINDO 20 CM × 200 M, 100% CELULOSE VIRGEM, COR BRANCA, EMBALAGEM COM 6 ROLOS	560	15		50	625	R\$ 55,69	R\$ 34.806,25
57	UND	609390	PEGADOR DE MASSA EM INOX DE ALTA QUALIDADE, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, TAMANHO APROXIMADO DE 28 A 30 CM.	12				12	R\$ 22,90	R\$ 274,80
58	UND	397248	PENEIRA COZINHA, MATERIAL: PLÁSTICO; DIÂMETRO: 7 CM; MATERIAL DA TELA: POLIÉSTER; TIPO DE MALHA: FINA; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM CABO.	40				40	R\$ 4,45	R\$ 178,00
59	UND	245065	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 1.000 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 1.000 ML.	103	4			107	R\$ 27,00	R\$ 2.889,00

60	UND	285648	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 140 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 140 ML.	84				84	R\$ 11,80	R\$ 991,20
61	UND	311829	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 250 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 250 ML.	110				110	R\$ 12,64	R\$ 1.390,40
62	UND	245064	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 500 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 500 ML.	81				81	R\$ 23,07	R\$ 1.868,67
63	UND	440098	POTE DE VIDRO: TIPO CONSERVA; VOLUME: APROXIMADAMENTE 600ML; TIPO ALTO; COM TAMPA DE PLÁSTICO ROSQUEÁVEL; TRANSPARENTE; CILÍNDRICO.	120			30	150	R\$ 10,85	R\$ 1.627,50
64	UND	466845	POTE VIDRO, TRANSPARENTE, CAPACIDADE MÍNIMA 3 LITROS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA PLÁSTICA OU DE METAL ROSQUEÁVEL.	73	6		20	99	R\$ 32,25	R\$ 3.192,75
65	PCT 10 UNIDADES	364463	PRATO DE FESTA DESCARTÁVEL, UNIDADE: PACOTE COM 10 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PRATO REDONDO, COR: PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO, DIÂMETRO: 15 A 17 CM, APLICAÇÃO: SOBREMESAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEVENDO ESTAR EMBALADO, SEM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU TRANSPORTE.	2.031	12			2.043	R\$ 1,56	R\$ 3.187,08
66	UND	222373	PRATO FUNDO PARA REFEIÇÃO, CONFECCIONADO EM VIDRO TEMPERADO, FORMATO CIRCULAR, SUPERFÍCIE LISA, COR TRANSPARENTE, INCOLOR OU BRANCA, DIÂMETRO ENTRE 22 E 24 CM, RESISTENTE A MICRO-ONDAS E USO COTIDIANO.	178	10			188	R\$ 4,74	R\$ 891,12
67	UND	443823	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 23CM. COR: BRANCA.	145	10			155	R\$ 12,61	R\$ 1.954,55
68	UND	443951	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 20,50 CM. COR: BRANCA	142	10			152	R\$ 14,00	R\$ 2.128,00
69	UND	443950	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 28,50 CM. COR: BRANCA	116				116	R\$ 22,50	R\$ 2.610,00
70	UND	474839	RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 500 ML, APLICAÇÃO: COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, FORMATO: ELÍPTICO.	34				34	R\$ 25,52	R\$ 867,68
71	UND	357253	ROLO MANUAL PARA MASSA EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPRIMENTO MÍNIMO: 40 CM. REGULAGEM DE ESPESSURA DA MASSA.	16				16	R\$ 50,99	R\$ 815,84

72	UND	298413	SACO PARA EMBALAR A VÁCUO 25 X 30, 100 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 30 CM, LARGURA: 25 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE CARNES, ESPESSURA: 12 MICRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM A VÁCUO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	21				21	R\$ 58,31	R\$ 1.224,51
73	PACOTE 1000 UND	313356	SACO PARA PRODUÇÃO DE MUDAS, EM POLIETILENO PRETO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 × 20 CM (LARGURA × ALTURA), ESPESSURA MÍNIMA DE 0,007 CM (70 µM), COM PERFURAÇÕES PARA DRENAGEM, RESISTENTE, DESTINADO À PRODUÇÃO DE MUDAS.	31				31	R\$ 65,00	R\$ 2.015,00
74	PCT	264440	SACO DE VÁCUO: SACO PLÁSTICO VIRGEM PARA VÁCUO; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE À ÁCIDOS, ÁLCALIS E MATERIAIS OLEOSOS E GORDUROSOS; TEMPERATURA DE USO: -30 A 120 °C; TRANSPARENTE; ALTURA: 25CM; LARGURA: 20CM; PACOTE COM 100 UNIDADES.	55				55	R\$ 37,19	R\$ 2.045,45
75	UND	622167	SUPORTE PARA GALÃO DE ÁGUA ATÉ 20 LITROS COM TORNEIRA	41				41	R\$ 39,00	R\$ 1.599,00
76	UND	485789	TIGELA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , CAPACIDADE: 8000 ML, DIÂMETRO: 32+-1CM.	25				25	R\$ 33,15	R\$ 828,75
77	UND	300094	TOALHA DE MESA RETANGULAR 3,20 X 1,40, MATERIAL: RENDA, NA COR BRANCA	29				29	R\$ 55,00	R\$ 1.595,00
78	UND	372142	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL 2M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: SÓLIDA, COR: AVELÃ. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	60	4		10	74	R\$ 29,41	R\$ 2.176,34
79	UND	378766	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL 5M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 5M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: VARIADAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	31	5		10	46	R\$ 48,00	R\$ 2.208,00
80	UND	467194	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL XADREZ 2M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: XADREZ, COR: AZUL OU VERMELHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	20			10	30	R\$ 30,99	R\$ 929,70
			TOALHA DE MESA TRANSPARENTE, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR							

81	UND	619806	DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: LISA, COR: TRANSPARENTE CRISTAL, APLICAÇÃO: PROTEGER A TOALHA DE MESA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	32		10	42	R\$ 16,75	R\$ 703,50
82	EMBALAGEM 1000 FOLHAS	436328	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% CELULOSE VIRGEM , TIPO FOLHA: 2 DOBRAS, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 21 CM, COR: BRANCA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADA. 1000 FOLHAS.	3.321	176	1500	4.997	R\$ 11,65	R\$ 58.215,05
83	UND	443808	XÍCARA MATERIAL: PORCELANA. TIPO: CHÁ. COR: BRANCA. CAPACIDADE: 240+-10 ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, MODELO OCTOGONAL.	109	10		119	R\$ 14,62	R\$ 1.739,78
84	UNIDADE	220126	XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CHÁ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 200 ML, COM PIRES.	124		50	174	R\$ 16,22	R\$ 2.822,28
85	UND	249875	XÍCARA. MATERIAL: PORCELANA. TIPO: CAFÉ. COR: BRANCA. CAPACIDADE: 60+-10 ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, MODELO OCTOGONAL.	178	10	60	248	R\$ 13,98	R\$ 3.467,04
			VALOR TOTAL						R\$ 442.631,37

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **(1) um ano**, contado da data de aceite do respectivo instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante neste TERMO DE REFERÊNCIA e a descrição do objeto constante no sistema COMPRAS.GOV.BR ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste termo.

1.7. O licitante deverá cotar considerando a quantidade total prevista para cada item.

1.8. Para fins do disposto no art. 82, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 11.462 /2023, o valor máximo da despesa a ser realizada durante a vigência da ata de registro de preços é de **R\$ 442.631,37** (quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos), conforme pesquisa de preços constante dos autos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. A justificativa para as quantidades que se pretende contratar ocorreu através de um levantamento da demanda, realizado através do Ofício Circular N°67/2026 , o que resultou nas requisições constantes no Processo, consolidadas na Intenção de Preços - IRP do SIPAC N° 26/2026 – PRA, embasando a abertura de um Pregão SRP para atender a demanda dos diversos setores da Universidade Federal da Paraíba.

2.4. A necessidade para aquisição dos bens/serviços se encontra nas justificativas enviadas pelas Unidades/Centros na confirmação de adesão à IRP n.º 26/2026, acima mencionada.

2.5. O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela SEÇÃO DE COMPRAS/PRA, considerando as demandas recebidas, conforme apêndice deste Termo de Referência.

2.6. Quanto ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026, as informações foram enviadas pelas unidades requisitantes através das justificativas da demanda, anexas ao processo, para participação na IRP do SIPAC.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares;

4.1.2. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.4. Os critérios de sustentabilidade apresentados neste termo de referência atendem aos planos para práticas de sustentabilidade apresentados no Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) da UFPB.

Subcontratação

4.2. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas características e fornecimento do objeto. Por se tratar de SRP, o contrato será substituído pela nota de empenho. Logo, os valores contratados serão pagos após o recebimento do objeto, garantindo assim a plena execução da contratação e minimizando os riscos para Administração Pública.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4 Considerando que todos os itens possuem valor estimado inferior a R\$ 80.000,00, a contratação será destinada exclusivamente à participação de ME, EPP e cooperativas, nos termos do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015, não se aplicando a reserva de cotas nem as hipóteses de afastamento previstas no art. 10 do referido decreto.

Margem de Preferência:

4.42.O item 2 desta contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10% (dez por cento) e na margem de preferência adicional de 10% (dez por cento), previstas na Resolução CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, e suas alterações, por se tratar de material enquadrado, no código NCM 8423.10.00, constante do Anexo I da Resolução CICS/MGI nº 8, de 31 de março de 2025, observadas as respectivas regras de origem e de qualificação.

O item 31 desta contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista na Resolução SEGES-CICS/MGI Nº 9, de 30 de Junho de 2026 que Altera a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, por se tratar de material enquadrado, no código Demais NCMs do Cap 85 constante do Anexo I, condicionada à validação de extensão pelo Catálogo CFI/BNDES da minuta integrada, nos termos da regulamentação da CICS/MGI, observadas as respectivas regras de origem e qualificação.

Os itens 32, 33 enquadram-se na margem de preferência normal de 10% prevista na Resolução SEGES-CICS /MGI Nº 9, de 30 de Junho de 2026 que Altera a Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, por se tratar de material enquadrado, no código CM/Cap 82 constante do Anexo I.

4.42.1. A aplicação das margens de preferência observará o enquadramento do produto ofertado e o atendimento às regras de origem e de qualificação estabelecidas na regulamentação vigente, cuja comprovação caberá ao licitante, na forma prevista na legislação aplicável.

Da Inaplicabilidade da Margem de Preferência (MP)

A concessão de Margem de Preferência (MP) depende de regulamentação federal taxativa, conforme o art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4/2024 e suas alterações.

Após análise técnica da Classificação Fiscal de Mercadorias (NCM) dos itens 30, 41, 51, constatou-se que tais materiais pertencem a agrupamentos industriais/capítulos que não estão contemplados nas listas oficiais de elegibilidade editadas pela CICS/MGI. Afasta-se a aplicação do benefício para os referidos itens, mantendo-se a disputa sob ampla e isonômica concorrência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única por nota de empenho, podendo ocorrer várias entregas no decorrer da vigência da ata.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

ÓRGÃO GERENCIADOR: UASG 153065

Almoxarifado Central do CAMPUS I na Cidade Universitária, João Pessoa/PB. Horário: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. Contatos: e-mail - almoxcentral@pra.ufpb.br Fone - (83) 3216-7145.

ÓRGÃO PARTICIPANTE: UASG 153066

Almoxarifado da SOF Prefeitura Universitária da UFPB, Castelo Branco, João Pessoa (PB). CEP: 58.051- 900. Telefone para contato: 3216-7281.

ÓRGÃO PARTICIPANTE: UASG 153074

Almoxarifado do CCHSA/CAVN Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias - Campus III - Rua João Pessoa - SN - Cidade Universitária - Bananeiras/PB - CEP: 58220-000. Telefone: (83) 3367-5550. Horário de recebimento: Em dias úteis, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.

ÓRGÃO PARTICIPANTE: UASG 153073

Almoxarifado do Centro de Ciências Agrárias da UFPB, Campus II, Município de Areia – Paraíba (Rodovia PB 079, km 12, Cidade Universitária, CEP: 58397-000, em dias úteis nos horários de 7:00 às 12:00 e 13:00 às 16:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. Nos termos do art. 84, §3º, e do art. 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com os Pareceres nº 00015/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU (NUP 71000.062490/2024-61, SEQ. 58 e 61), fica expressamente prevista a possibilidade de renovação dos quantitativos inicialmente registrados na presente Ata de Registro de Preços, em caso de prorrogação de sua vigência, desde que observadas, cumulativamente, as seguintes condições:

I – Haja prorrogação formal da Ata de Registro de Preços, com fundamento legal;

II – Persista a necessidade da Administração, devidamente justificada em novo documento técnico;

III – Sejam mantidas todas as condições pactuadas, inclusive quanto a preços e prazos;

IV – Exista disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação;

V – A renovação ocorra uma única vez, limitada aos quantitativos originalmente registrados, mediante decisão formal da autoridade competente. A renovação dos quantitativos tem por finalidade assegurar a continuidade do atendimento à demanda pública, de forma eficiente e planejada, nos termos da legislação vigente e da jurisprudência consultiva da Advocacia-Geral da União.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, **0,5% (cinco décimos por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/IBGE* de correção monetária.

8.21.1. A escolha do índice *IPCA/IBGE* se deveu por ser o índice mais utilizado no Brasil, fornecendo uma imagem precisa da inflação (essencial para o governo, empresas e para a população em geral), guiando políticas econômicas e mantendo a estabilidade de preços e servindo como um indicador fundamental para a saúde da economia do país.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 21/09/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

8.30.1. A escolha do índice IPCA/IBGE se deveu por ser o índice mais utilizado no Brasil, fornecendo uma imagem precisa da inflação (essencial para o governo, empresas e para a população em geral), guiando políticas econômicas e mantendo a estabilidade de preços e servindo como um indicador fundamental para a saúde da economia do país.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do quantitativo solicitado na nota de empenho deverá ser entregue de forma **integral**, não podendo o fornecedor parcelar o quantitativo descrito na nota de empenho.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, o critério de julgamento será o de menor preço, observados os valores unitários máximos aceitáveis, constantes da tabela do item 1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é **de R\$ 442.631,37** (quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e um reais e trinta e sete centavos) conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Seção de Compras, com base nas informações repassadas pelas unidades requisitantes, tendo como equipe de planejamento os servidores relacionados na Portaria n.º 92/2026 - PRA.

João Pessoa, 18 de setembro de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 3 (três) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*;

- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em João Pessoa, Seção Judiciária da Paraíba para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NADIA RODRIGUES GOMES DO NASCIMENTO GALVAO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/10/2026 às 09:38:50.

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 24/2026

(Processo Administrativo nº 23074.093468/2026-65)

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPOS I

Estudo Técnico Preliminar 36/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23074.093468/2026-65

2. Descrição da necessidade

MATERIAL DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

A presente contratação tem por objetivo atender às demandas por material de copa, cozinha, acondicionamento e embalagem indispensáveis ao funcionamento das atividades administrativas, acadêmicas e laboratoriais da Universidade Federal da Paraíba.

Os materiais serão utilizados nas copas institucionais, laboratórios, eventos acadêmicos e administrativos, bem como no armazenamento, acondicionamento, transporte e conservação de alimentos, insumos e utensílios utilizados pelas unidades da instituição.

A aquisição visa assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades e garantir a continuidade dos serviços públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CCAE	Manoel welton da Silva Santos
CCHLA	Darci Medeiros Neto
CCJ SANTA RITA	Carlos Daniel dos Santos
CCS	Rafaela de Oliveira Fernanades
CCSA	Ariane Suelen da Silva
CE	Franciney C. Frazão
CEAR	Geisyanne Ferreira Da Cruz Morais
CT	Lincoln Pontes Vaz
IDEP	Rafaelle Braga Vasconcelos Costa
SEAD	Jose Bezerra De Macena Neto
IPEFARM	Cristiano Cavalcanti Batista
CCSA	Alnio Suamy de Sena
SCS TV	Laís Maria Almeida Lins
SCS TV	Tânia Maria Correia Braga
PROEX	Cynthia Maria Régis Siqueira
CRAS	Gilvandro Rodrigues Patrício
CRAS	Franklin Flaubert Santos Menezes
CE	Rebecca Beserra Nogueira Jerônimo
CTDR	Gabriel Vieira Holanda de Almeida
CTDR	Vanessa Pedro da Silva
PRAPE	Oscar Costa Diniz
CCHLA	Djalma Martins do Nascimento Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais deverão atender integralmente às especificações técnicas a serem estabelecidas no Termo de Referência, observando requisitos mínimos de qualidade, desempenho, durabilidade e segurança compatíveis com as finalidades institucionais a que se destinam.

Os materiais deverão ser novos, sem uso anterior, entregues em embalagens adequadas à sua natureza, de forma a garantir sua integridade durante o transporte, armazenamento e manuseio.

As especificações técnicas poderão utilizar referências de mercado exclusivamente como parâmetros de qualidade e desempenho, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes, similares ou superiores, desde que atendam integralmente às características técnicas e funcionais exigidas pela Administração.

Considerando a natureza dos materiais pretendidos, a contratação deverá prever fornecimento conforme a demanda, em regime de Sistema de Registro de Preços, possibilitando maior flexibilidade na gestão dos estoques pelas unidades participantes.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com fundamento no art. 9o, inciso III, da Instrução Normativa SEGES /ME no 58/2022, com o objetivo de demonstrar a viabilidade da contratação pretendida, considerando as soluções disponíveis, o perfil do mercado fornecedor e a capacidade de atendimento à demanda da Administração.

Verificou-se através de consultas a sítios eletrônicos e análise de contratações similares promovidas por outros órgãos e entidades públicas que os materiais solicitados são de uso comum e contam com ampla oferta no mercado nacional, com diversos fabricantes e fornecedores, o que favorece a competitividade e amplia as possibilidades de escolha.

Diante da análise realizada, a aquisição dos materiais se mostra como a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada, com equilíbrio entre custo, qualidade e durabilidade.

6. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na aquisição de MATERIAL DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, destinados ao atendimento das demandas institucionais, conforme especificações técnicas definidas no termo de referência.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme planejamento da administração, com entrega nas unidades indicadas, em prazo previamente estabelecido.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas, conforme requisições por parte das unidades requisitantes, estão descritas no quadro abaixo:

		CÓDIGO		
--	--	--------	--	--

ITEM	UNIDADE	CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	QUANT.
1	UND	248997	AÇUCAREIRO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL - 300GR FORMATO: OVAL, COM TAMPA E COLHER	31
2	UND	453684	BALANÇA DIGITAL DE COZINHA. - CAPACIDADE DE PESAGEM: 10 KG; - RESOLUÇÃO: 1 G - VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD). - SISTEMA DE TARA; - FUNÇÃO QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS O USO; - INDICADOR DE EXCESSO DE PESO; - ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AA (INCLUSAS); - GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	27
3	UND	479594	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; 7 LITROS; MEDIDAS APROXIMADAS: 45 CM DE COMPRIMENTO, 28 CM DE LARGURA E 8 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE;	110
4	UND	320842	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; APROXIMADAMENTE 3 LITROS; MEDIDAS APROXIMADAS: 30 CM DE COMPRIMENTO, 20 CM DE LARGURA E 7 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE.	93
5	UND	364735	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; MEDIDAS APROXIMADAS: 55 CM DE COMPRIMENTO, 38 CM DE LARGURA E 8 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE;	78
6	UND	325666	BOBINA DE PLÁSTICO FILME PVC, MATERIAL: PVC – CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FILME: ESTICÁVEL, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, COMPRIMENTO: 300 M, LARGURA: 38 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	766
7	UND	460049	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 25 X 35, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 35 CM, LARGURA: 25 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 3 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	70
8	ROLO 500 UND	429964	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 30 X 40, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 40 CM, LARGURA: 30 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 4 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	65
9	BOBINA 500 UND	441934	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 40 X 60, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 60 CM, LARGURA: 40 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 10 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	51
10	UND	307499	BOMBONA: FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; RESISTENTE A MATERIAIS CORROSIVOS; RÍGIDA; CAPACIDADE DE 200 LITROS; COM TAMPA ROSQUEÁVEL EM POLIETILENO; COM ALÇAS LATERAIS; COR: AZUL.	23
11	UND	401610	CAÇAROLA, MATERIAL: AÇO INOX, CAPACIDADE: 1,80 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	18
12	UND	444502	CAÇAROLA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2,9 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO TRIPLO, 2 ALÇAS REFORÇADAS E TAMPA.	16
13	UND	364754	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM TAMPA, MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE. CAPACIDADE MÍNIMA 15 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 44 CM, LARGURA 34,50 CM, ALTURA 15 CM.	212
14	UND	314499	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM TAMPA, MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE. CAPACIDADE MÍNIMA 30 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 40CM, LARGURA 33 CM, ALTURA 27 CM.	179
15	UND	438013	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 4,3 LITROS E TAMPA COM TRAVAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 26 X 14 X 17 CM.	128
16	UND	440739	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 56 LITROS COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 55,5 X 36,5 X 40,3 CM.	127
17	UND	314498	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 8,6 LITROS E TAMPA COM TRAVAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 X 13,3 X 27 CM.	92
18	UND	433046	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 80 LITROS COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 63,1 X 44,1 X 41,6 CM.	93
19	UND	614542	CAIXA TÉRMICA (TIPO COOLER), MATERIAL TERMOPLÁSTICO, CAPACIDADE 5 LITROS, COM ALÇA DE MÃO ARTICULÁVEL, TAMPA COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 25 X 17 X 19 CM.	13
20	UND	278458	CANECAS PLASTICAS FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP); PRODUTO LIVRE DE BISFENOL-A (BPA), COM ALÇA LATERAL.	210
21	UND	393526	COADOR TIPO PENEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO, DIÂMETRO: 17 CM	30
22	PCT	356518	COLHER DESCARTÁVEL, PLÁSTICO INCOLOR, DIMENSÃO 9,5 CM (SENDO ACEITÁVEL VARIAÇÃO NESSAS MEDIDAS DE 10% PARA MAIS OU MENOS), PARA MEXER CAFÉ.	343

			PACOTE COM 100 UNIDADES	
23	KIT 6 TAÇAS	467162	CONJUNTO TAÇAS DE VIDRO, UNIDADES: KIT COM 6 TAÇAS, CAPACIDADE: 340 ML POR TAÇA, MATERIAL: VIDRO, DESIGN: TEXTURA EM RELEVO DIAMANTE, ALTURA: 16 A 17 CM, DIÂMETRO DA BOCA: 8 A 9 CM.	23
24	PACOTE	419309	COPO DESCARTÁVEL 50 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES. ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E SUJIDADES (INTERNAS OU EXTERNAS), BORDAS LISAS (SEM REBARBAS), ACONDICIONADO EM MANGAS COM 100 COPOS. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAPAZ DE CONTER LÍQUIDOS FRIOS OU QUENTES, RESISTENTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 100°C. INFORMAÇÕES EM ALTO RELEVO NO FUNDO DO COPO: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO E SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PLÁSTICO PARA FINS DE RECICLAGEM, CONFORME A NBR-13230. EMBALAGEM COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES ESTAMPADAS: NOME E CNPJ DO FABRICANTE, NÚMERO DE TELEFONE DO SAC, CAPACIDADE DO COPO, QUANTIDADE DE COPOS E GRAMATURA MÍNIMA DE CADA COPO. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RESÍDUOS DE MATERIAL PLÁSTICO EM SEU INTERIOR, NEM QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA QUE VENHA A CONTAMINAR OU COMPROMETER SEU CONTEÚDO. MARCA REGISTRADA. (PACOTE COM 100 UNIDADES).	2.182
25	PCT	413185	COPO DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, 180ML, REFORÇADO, MATERIAL (PP) POLIPROPILENO (AMASSA E NÃO QUEBRA), ATOXICO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E SUJIDADES (INTERNAS OU EXTERNAS), BORDAS LISAS (SEM REBARBAS), DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAPAZ DE CONTER LÍQUIDOS FRIOS OU QUENTES, RESISTENTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 100°C. INFORMAÇÕES EM ALTO RELEVO NO FUNDO DO COPO: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO E SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PLÁSTICO PARA FINS DE RECICLAGEM, CONFORME A NBR 13230. EMBALAGEM COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES ESTAMPADAS: NOME E CNPJ DO FABRICANTE, NÚMERO DE TELEFONE DO SAC, CAPACIDADE DO COPO, QUANTIDADE DE COPOS E GRAMATURA MÍNIMA DE CADA COPO. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RESÍDUOS DE MATERIAL PLÁSTICO EM SEU INTERIOR, NEM QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA QUE VENHA A CONTAMINAR OU COMPROMETER SEU CONTEÚDO. MARCA REGISTRADA. (PACOTE COM 100 UNIDADES).	8.165
26	UND	628944	DISPENSADOR PLÁSTICO DE COPOS DESCARTÁVEIS DE 150-200 ML, CAPACIDADE: 100 UNIDADES.	156
27	UND	461335	EMBALAGEM PLÁSTICA TIPO GARRAFA, EM PET VIRGEM, TRANSPARENTE, GRAU ALIMENTÍCIO, ATÓXICA, PRÓPRIA PARA CONTATO COM ALIMENTOS, CAPACIDADE DE 500 ML, COM TAMPA PLÁSTICA NA COR AMARELA ROSQUEÁVEL COM VEDAÇÃO.	524
28	KG	481311	EMBALAGEM PLÁSTICA, FORMA SACO, LARGURA ENTRE 60CM E 90CM, ALTURA ENTRE 80CM E 120CM, MATERIAL POLIETILENO, ESPESSURA ENTRE 0,15MM E 0,20MM, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE E REFORÇADO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE.	32
29	UND	398237	ESCORREDOR DE LOUÇA DE AÇO INOXIDÁVEL. - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; - CAPACIDADE: 20 PRATOS; - COMPARTIMENTO PARA TALHERES, XÍCARAS, COPOS E DIVERSOS; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	24
30	UND	468503	ESPÁTULA, TIPO PÃO DURO, MATERIAL: SILICONE, COMPRIMENTO: 29+1 CM, APLICAÇÃO: COZINHA.	19
31	UND	242461	ESPRESSO ELÉTRICO DE FRUTAS CÍTRICAS, PARA USO DOMÉSTICO, POTÊNCIA APROXIMADA DE 30 W, TENSÃO 220 V, ACIONAMENTO AUTOMÁTICO POR PRESSÃO, ACOMPANHADO DE JARRA COLETORA, PENEIRA E CONES PARA EXTRAÇÃO DE SUCO DE LARANJA E LIMÃO.	7
32	UND	357199	FACA CHEF TIPO PROFISSIONAL DE 6". - CABO ERGONÔMICO DE POLIPROPILENO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA; - MODELO DE REFERÊNCIA: FACA CHEF 6" CENTURY TRAMONTINA	10
33	UND	282595	FACA PARA DESOSSA PROFISSIONAL DE 6". - CABO ERGONÔMICO DE POLIPROPILENO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA; - MODELO DE REFERÊNCIA: FACA PARA DESOSSAR INOX 6" CENTURY TRAMONTINA	6
34	UND	636350	FAQUEIRO COM 20 PEÇAS, COMPOSTO POR 4 COLHERES DE MESA, 4 COLHERES DE CHÁ, 4 FACAS PARA CHURRASCO, 4 GARFOS DE MESA E 4 GARFOS PARA SOBREMESA, CONFECCIONADOS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABOS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE.	38
35	UND	294447	FAQUEIRO DE INOX COM 24 PEÇAS. - ESPESSURA: 3 MM - MATERIAL DOS TALHERES: AÇO INOXIDÁVEL - MATERIAL DO CABO: AÇO INOXIDÁVEL - QUANTIDADE DE FACAS: 6 UND; - QUANTIDADE DE GARFOS: 6 UND; - QUANTIDADE DE COLHERES DE MESA: 6	23

			UND; - QUANTIDADE DE COLHERES DE CAFÉ: 6 UND; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	
36	UND	465884	FORMA DE PIZZA. MATERIAL: ALUMÍNIO ESPESSURA: 1 MM FORMATO: REDONDA ALTURA APROXIMADA: 2 CM APLICAÇÃO: PIZZA DIÂMETRO APROXIMADO: 40 CM.	21
37	UND	352619	FORMA PARA FABRICAÇÃO DE PRESUNTO. - CAPACIDADE: 1,150 KG; - MATERIAL: AÇO INOX 304 OVAL; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	2
38	UND	465744	FORMA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TAMANHO: Nº 3, FORMATO: RETANGULAR, LARGURA: 11+-1 CM, COMPRIMENTO: 27+1 CM, ALTURA: 6+1CM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO PÃES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABA DE 1 CM.	37
39	UND	272254	FRASCO BORRIFADOR PULVERIZADOR MANUAL COM CAPACIDADE NOMINAL DE 500 ML, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO PET TRANSPARENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, DOTADO DE VÁLVULA TIPO SPRAY TRIGGER (GATILHO) EM POLIPROPILENO, COM BICO REGULÁVEL PARA APLICAÇÃO EM JATO OU NÉVOA E SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA. O PRODUTO DEVERÁ SER REUTILIZÁVEL, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO E COMPATÍVEL COM ÁGUA, ÁLCOOL 70%, DESINFETANTES, DETERGENTES DILUÍDOS E DEMAIS SOLUÇÕES DE LIMPEZA NÃO CORROSIVAS, SENDO INDICADO PARA APLICAÇÕES DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E PULVERIZAÇÃO EM GERAL	781
40	UND	474431	FRASCO PARA ÁLCOOL COM VÁLVULA PUMP 500ML. FRASCO PLÁSTICO PARA APLICAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁLCOOL LÍQUIDO OU EM GEL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO. CAPACIDADE PARA 500ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VÁLVULA PUMP ROSQUEÁVEL. PRODUTO DE HIGIENE.	329
41	UND	444499	FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: RASA, DIÂMETRO: 25 CM, REVESTIMENTO: ANTIADERENTE, MATERIAL CABO: BAQUELITE.	22
42	PCT 50 UND	236043	GARFO DE FESTA DESCARTÁVEL, UNIDADE: PACOTE COM 50 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: GARFO, COR: PRETO, VERDE OU AZUL, TAMANHO: 12 A 14 CM, APLICAÇÃO: SOBREMESAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEVENDO ESTAR EMBALADO, SEM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU TRANSPORTE.	673
43	UND	384413	GARRAFA TÉRMICA DE 1 L, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA TIPO PRESSÃO, AMPOLA INQUEBRÁVEL.	113
44	UND	229112	GARRAFAO MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 20 L, APLICAÇÃO: ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, VASILHAMES EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE (POLIPROPILENO) REUTILIZÁVEIS; DEVEM POSSUIR TAMPA VEDANTE REUTILIZÁVEL E ÁREA PARA LACRE DE SEGURANÇA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; HOMOLOGADOS PELA ANVISA E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 14222/14328.	852
45	PACOTE 50 UND	243002	GUARDANAPO DE PAPEL MACIO, NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 23 X 22 CM. CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% FIBRA CELULÓSICA VIRGEM, EM FOLHA SIMPLES. ALVURA SUPERIOR A 70%, EM CONFORMIDADE COM A NORMA ISO, E IMPUREZA MÁXIMA DE 15 MM²/M², SEGUNDO A NORMA TAPPI T 437 OM-90. O PRODUTO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE RASTREABILIDADE E ORIGEM DOS INSUMOS DE MADEIRA A PARTIR DE FONTES DE MANEJO SUSTENTÁVEL, DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14790:2011, UTILIZADA PELO CERFLOR, OU COM O PADRÃO FSC-STD-40-004 V2-1. A COMPROVAÇÃO DA CONFORMIDADE DEVE SER FEITA POR MEIO DO CERTIFICADO DA CADEIA DE CUSTÓDIA E/OU SELO DE CADEIA DE CUSTÓDIA DO CERFLOR OU DO FSC. O PRODUTO DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, QUE DEVERÁ CONTER A COMPOSIÇÃO, O NOME DO FABRICANTE OU IMPORTADOR, ENDEREÇO COMPLETO E O NÚMERO DE TELEFONE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SAC). PRODUTO COM MARCA REGISTRADA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	3.324
46	UNIDADE	242520	JARRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: REDONDO, COM TAMPA E ALÇA.	52
47	UND	616054	JOGO DE PANEAS COM 10 PEÇAS, CONFECCIONADAS EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIADERENTE, CABOS, ALÇAS E PEGADORES EM MATERIAL ANTITÉRMICO, PANEAS E CAÇAROLAS ACOMPANHADAS DE TAMPAS DE VIDRO TEMPERADO COM BORDAS EM AÇO INOX, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO: 2 PANEAS COM CAPACIDADES APROXIMADAS ENTRE 0,8 E 1,4 LITRO; 2 CAÇAROLAS COM CAPACIDADES APROXIMADAS ENTRE 2 E 2,8 LITROS; 2 FRIGIDEIRAS; 1 FERVEDOR; 1 PANQUEQUEIRA OU TAPIOQUEIRA; E 2 ASSADEIRAS, SENDO UMA RASA E UMA REDONDA. COR PRETA, GRAFITE OU SIMILAR.	5
48	UND	616054	JOGO DE PANEAS COM 5 PEÇAS, CONFECCIONADAS EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO INTERNO ANTIADERENTE, CABOS E ALÇAS EM MATERIAL ANTITÉRMICO, CONTENDO PANEAS, CAÇAROLA E FRIGIDEIRA, ADMITIDA COMPOSIÇÃO EQUIVALENTE.	24
			JOGO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL,	

49	UND	631378	CONTENDO 5 PEÇAS, COMPOSTO POR CONCHA, COLHER, ESCUMADEIRA OU PÁ, ESPÁTULA OU GARFO E PEGADOR DE MASSA, ADMITIDA COMPOSIÇÃO FUNCIONAL EQUIVALENTE.	25
50	UND	219102	KIT COM 3 TRAVESSAS OVAIS RASAS, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL, CONTENDO UMA TRAVESSA PEQUENA, UMA MÉDIA E UMA GRANDE, COM COMPRIMENTOS APROXIMADOS ENTRE 21 E 30 CM, APROPRIADAS PARA SERVIR ALIMENTOS.	20
51	KIT/CONJUNTO	437563	KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO DE BOTIJÃO DE GÁS (GLP), COMPOSTO POR 1 (UM) REGULADOR DE PRESSÃO, 1 (UMA) MANGUEIRA FLEXÍVEL PARA GLP (DESTINADO AO USO EM BOTIJÕES P13) E 2 (DUAS) ABRAÇADEIRAS METÁLICAS, FABRICADAS EM AÇO CARBONO ZINCADO OU AÇO INOXIDÁVEL, COMPATÍVEIS COM A MANGUEIRA. A MANGUEIRA DEVE SER FABRICADA EM PVC FLEXÍVEL REFORÇADO COM MALHA TÊXTIL, COMPRIMENTO DE 1,20M A 1,25M; O REGULADOR DE PRESSÃO E A MANGUEIRA DEVEM POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, E ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) APLICÁVEIS ÀS PORTARIAS E REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO INMETRO VIGENTES.	100
52	UND	623201	PANELA PRESSÃO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 4,5 L, MATERIAL CABO: BAQUELITE, SISTEMA SEGURANÇA: VÁLVULAS E TRAVA EXTERNA.	10
53	UND	228893	PANO PRATO, EM TECIDO SACO ALVEJADO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ACABAMENTO COSTURADO (ARREIMATE) NAS BORDAS, FELPUDO, ATOALHADO E LAVÁVEL, UNIDADE. DIMENSÕES MÍNIMAS: 45X65CM (CXL), COM TOLERÂNCIA DE +/- 2CM.	853
54	UND	233708	PAPEL ALUMÍNIO EM ROLO, LARGURA 45 CM X COMPRIMENTO 7,5 M.	592
55	UND	340210	PAPEL FILME DE PVC EM ROLO MEDINDO 28 CM X 30 M.	982
56	PCT/6 ROLOS	290376	PAPEL TOALHA BOBINA, FOLHA SIMPLES, MEDINDO 20 CM × 200 M, 100% CELULOSE VIRGEM, COR BRANCA, EMBALAGEM COM 6 ROLOS	560
57	UND	609390	PEGADOR DE MASSA EM INOX DE ALTA QUALIDADE, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, TAMANHO APROXIMADO DE 28 A 30 CM.	12
58	UND	397248	PENEIRA COZINHA, MATERIAL: PLÁSTICO; DIÂMETRO: 7 CM; MATERIAL DA TELA: POLIÉSTER; TIPO DE MALHA: FINA; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM CABO.	40
59	UND	245065	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 1.000 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 1.000 ML.	103
60	UND	285648	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 140 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 140 ML.	84
61	UND	311829	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 250 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 250 ML.	110
62	UND	245064	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 500 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 500 ML.	81
63	UND	440098	POTE DE VIDRO: TIPO CONSERVA; VOLUME: APROXIMADAMENTE 600ML; TIPO ALTO; COM TAMPA DE PLÁSTICO ROSQUEÁVEL; TRANSPARENTE; CILÍNDRICO.	120
64	UND	466845	POTE VIDRO, TRANSPARENTE, CAPACIDADE MÍNIMA 3 LITROS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA PLÁSTICA OU DE METAL ROSQUEÁVEL.	73
65	PCT 10 UNIDADES	364463	PRATO DE FESTA DESCARTÁVEL, UNIDADE: PACOTE COM 10 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PRATO REDONDO, COR: PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO, DIÂMETRO: 15 A 17 CM, APLICAÇÃO: SOBREMESAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEVENDO ESTAR EMBALADO, SEM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU TRANSPORTE.	2.031
66	UND	222373	PRATO FUNDO PARA REFEIÇÃO, CONFECCIONADO EM VIDRO TEMPERADO, FORMATO CIRCULAR, SUPERFÍCIE LISA, COR TRANSPARENTE, INCOLOR OU BRANCA, DIÂMETRO ENTRE 22 E 24 CM, RESISTENTE A MICRO-ONDAS E USO COTIDIANO.	178
67	UND	443823	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 23CM. COR: BRANCA.	145
68	UND	443951	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 20,50 CM. COR: BRANCA	142
69	UND	443950	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 28,50 CM. COR: BRANCA	116
70	UND	474839	RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 500 ML, APLICAÇÃO: COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, FORMATO: ELÍPTICO.	34

71	UND	357253	ROLO MANUAL PARA MASSA EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPRIMENTO MÍNIMO: 40 CM. REGULAGEM DE ESPESSURA DA MASSA.	16
72	UND	298413	SACO PARA EMBALAR A VÁCUO 25 X 30, 100 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 30 CM, LARGURA: 25 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE CARNES, ESPESSURA: 12 MICRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM A VÁCUO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	21
73	PACOTE 1000 UND	313356	SACO PARA PRODUÇÃO DE MUDAS, EM POLIETILENO PRETO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 × 20 CM (LARGURA × ALTURA), ESPESSURA MÍNIMA DE 0,007 CM (70 µM), COM PERFURAÇÕES PARA DRENAGEM, RESISTENTE, DESTINADO À PRODUÇÃO DE MUDAS.	31
74	PCT	264440	SACO DE VÁCUO: SACO PLÁSTICO VIRGEM PARA VÁCUO; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE À ÁCIDOS, ÁLCALIS E MATERIAIS OLEOSOS E GORDUROSOS; TEMPERATURA DE USO: -30 A 120 °C; TRANSPARENTE; ALTURA: 25CM; LARGURA: 20CM; PACOTE COM 100 UNIDADES.	55
75	UND	622167	SUORTE PARA GALÃO DE ÁGUA ATÉ 20 LITROS COM TORNEIRA	41
76	UND	485789	TIGELA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , CAPACIDADE: 8000 ML, DIÂMETRO: 32+-1CM.	25
77	UND	300094	TOALHA DE MESA RETANGULAR 3,20 X 1,40, MATERIAL: RENDA, NA COR BRANCA	29
78	UND	372142	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL 2M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: SÓLIDA, COR: AVELÃ. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	60
79	UND	378766	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL 5M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 5M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: VARIADAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	31
80	UND	467194	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL XADREZ 2M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: XADREZ, COR: AZUL OU VERMELHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	20
81	UND	619806	TOALHA DE MESA TRANSPARENTE, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: LISA, COR: TRANSPARENTE CRISTAL, APLICAÇÃO: PROTEGER A TOALHA DE MESA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	32
82	EMBALAGGEM 1000 FOLHAS	436328	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% CELULOSE VIRGEM , TIPO FOLHA: 2 DOBRAS, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 21 CM, COR: BRANCA , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADA. 1000 FOLHAS.	3.321
83	UND	443808	XÍCARA MATERIAL: PORCELANA. TIPO: CHÁ. COR: BRANCA. CAPACIDADE: 240+-10 ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, MODELO OCTOGONAL.	109
84	UNIDADE	220126	XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CHÁ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 200 ML, COM PIRES.	124
85	UND	249875	XÍCARA. MATERIAL: PORCELANA. TIPO: CAFÉ. COR: BRANCA. CAPACIDADE: 60+-10 ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, MODELO OCTOGONAL.	178

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 371.260,21

O valor total estimado para a contratação, baseado no quantitativo e nos preços unitários, é de **R\$ 371.260,21 (trezentos e setenta e um mil, duzentos e sessenta reais e vinte e um centavos).**

ITEM	UNIDADE	CÓDIGO CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL UNITÁRIO	QUANT.	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL TOTAL
1	UND	248997	AÇUCAREIRO, MATERIAL AÇO INOXIDAVEL - 300GR FORMATO: OVAL, COM TAMPA E COLHER	R\$ 14,43	31	R\$ 447,33
			BALANÇA DIGITAL DE COZINHA. - CAPACIDADE DE			

2	UND	453684	PESAGEM: 10 KG; - RESOLUÇÃO: 1 G - VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD). - SISTEMA DE TARA; - FUNÇÃO QUE DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS O USO; - INDICADOR DE EXCESSO DE PESO; - ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AA (INCLUSAS); - GARANTIA MÍNIMA DE 90 DIAS; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	R\$ 20,50	27	R\$ 553,50
3	UND	479594	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; 7 LITROS; MEDIDAS APROXIMADAS: 45 CM DE COMPRIMENTO, 28 CM DE LARGURA E 8 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE;	R\$ 13,30	110	R\$ 1.463,00
4	UND	320842	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; APROXIMADAMENTE 3 LITROS; MEDIDAS APROXIMADAS: 30 CM DE COMPRIMENTO, 20 CM DE LARGURA E 7 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE.	R\$ 15,00	93	R\$ 1.395,00
5	UND	364735	BANDEJA: PLÁSTICO POLIPROPILENO; MEDIDAS APROXIMADAS: 55 CM DE COMPRIMENTO, 38 CM DE LARGURA E 8 CM DE ALTURA; LIVRE DE BISFENOL; SUPERFÍCIES LISAS; COR BRANCA; PLÁSTICO RESISTENTE;	R\$ 28,00	78	R\$ 2.184,00
6	UND	325666	BOBINA DE PLÁSTICO FILME PVC, MATERIAL: PVC – CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FILME: ESTICÁVEL, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, COMPRIMENTO: 300 M, LARGURA: 38 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	R\$ 36,67	766	R\$ 28.089,22
7	UND	460049	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 25 X 35, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 35 CM, LARGURA: 25 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 3 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	R\$ 24,41	70	R\$ 1.708,70
8	ROLO 500 UND	429964	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 30 X 40, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 40 CM, LARGURA: 30 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 4 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	R\$ 32,45	65	R\$ 2.109,25
9	BOBINA 500 UND	441934	BOBINA DE SACOS TRANSPARENTES PICOTADOS 40 X 60, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 60 CM, LARGURA: 40 CM, CAPACIDADE: MÍNIMO 10 KG, QUANTIDADE: BOBINA COM NO MÍNIMO 500 SACOS, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE ALIMENTOS.	R\$ 46,10	51	R\$ 2.351,10
10	UND	307499	BOMBONA: FABRICADA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE; RESISTENTE A MATERIAIS CORROSIVOS; RÍGIDA; CAPACIDADE DE 200 LITROS; COM TAMPA ROSQUEÁVEL EM POLIETILENO; COM ALÇAS LATERAIS; COR: AZUL.	R\$ 243,75	23	R\$ 5.606,25
11	UND	401610	CAÇAROLA, MATERIAL: AÇO INOX, CAPACIDADE: 1,80 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA.	R\$ 193,79	18	R\$ 3.488,22
12	UND	444502	CAÇAROLA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2,9 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO TRIPLO, 2 ALÇAS REFORÇADAS E TAMPA.	R\$ 219,00	16	R\$ 3.504,00
13	UND	364754	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM TAMPA, MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE. CAPACIDADE MÍNIMA 15 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 44 CM, LARGURA 34,50 CM, ALTURA 15 CM.	R\$ 37,50	212	R\$ 7.950,00
14	UND	314499	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA COM TAMPA, MATERIAL POLIPROPILENO, TRANSPARENTE. CAPACIDADE MÍNIMA 30 LITROS. MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO 40CM, LARGURA 33 CM, ALTURA 27 CM.	R\$ 45,80	179	R\$ 8.198,20
15	UND	438013	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 4,3 LITROS E TAMPA COM TRAVAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 26 X 14 X 17 CM.	R\$ 34,40	128	R\$ 4.403,20
16	UND	440739	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 56 LITROS COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 55,5 X 36,5 X 40,3 CM.	R\$ 78,30	127	R\$ 9.944,10
			CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 8,6			

17	UND	314498	LITROS E TAMPA COM TRAVAS. DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 X 13,3 X 27 CM.	R\$ 36,82	92	R\$ 3.387,44
18	UND	433046	CAIXA ORGANIZADORA PLÁSTICA TRANSPARENTE DE 80 LITROS COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 63,1 X 44,1 X 41,6 CM.	R\$ 169,00	93	R\$ 15.717,00
19	UND	614542	CAIXA TÉRMICA (TIPO COOLER), MATERIAL TERMOPLÁSTICO, CAPACIDADE 5 LITROS, COM ALÇA DE MÃO ARTICULÁVEL, TAMPA COM TRAVA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 25 X 17 X 19 CM.	R\$ 47,73	13	R\$ 620,49
20	UND	278458	CANECAS PLASTICAS FABRICADO EM POLIPROPILENO (PP); PRODUTO LIVRE DE BISFENOL-A (BPA), COM ALÇA LATERAL.	R\$ 1,89	210	R\$ 396,90
21	UND	393526	COADOR TIPO PENEIRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CABO, DIÂMETRO: 17 CM	R\$ 22,90	30	R\$ 687,00
22	PCT	356518	COLHER DESCARTÁVEL, PLÁSTICO INCOLOR, DIMENSÃO 9,5 CM (SENDO ACEITÁVEL VARIAÇÃO NESSAS MEDIDAS DE 10% PARA MAIS OU MENOS), PARA MEXER CAFÉ. PACOTE COM 100 UNIDADES	R\$ 5,53	343	R\$ 1.896,79
23	KIT 6 TAÇAS	467162	CONJUNTO TAÇAS DE VIDRO, UNIDADES: KIT COM 6 TAÇAS, CAPACIDADE: 340 ML POR TAÇA, MATERIAL: VIDRO, DESIGN: TEXTURA EM RELEVO DIAMANTE, ALTURA: 16 A 17 CM, DIÂMETRO DA BOCA: 8 A 9 CM.	R\$ 40,85	23	R\$ 939,55
24	PACOTE	419309	COPO DESCARTÁVEL 50 ML, PACOTE COM 100 UNIDADES. ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E SUJIDADES (INTERNAS OU EXTERNAS), BORDAS LISAS (SEM REBARBAS), ACONDICIONADO EM MANGAS COM 100 COPOS. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAPAZ DE CONTER LÍQUIDOS FRIOS OU QUENTES, RESISTENTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 100°C. INFORMAÇÕES EM ALTO RELEVO NO FUNDO DO COPO: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO E SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PLÁSTICO PARA FINS DE RECICLAGEM, CONFORME A NBR-13230. EMBALAGEM COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES ESTAMPADAS: NOME E CNPJ DO FABRICANTE, NÚMERO DE TELEFONE DO SAC, CAPACIDADE DO COPO, QUANTIDADE DE COPOS E GRAMATURA MÍNIMA DE CADA COPO. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RESÍDUOS DE MATERIAL PLÁSTICO EM SEU INTERIOR, NEM QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA QUE VENHA A CONTAMINAR OU COMPROMETER SEU CONTEÚDO. MARCA REGISTRADA. (PACOTE COM 100 UNIDADES).	R\$ 2,75	2.182	R\$ 6.000,50
25	PCT	413185	COPO DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, 180ML, REFORÇADO, MATERIAL (PP) POLIPROPILENO (AMASSA E NÃO QUEBRA), ATOXICO, ISENTO DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS, DEFORMAÇÕES E SUJIDADES (INTERNAS OU EXTERNAS), BORDAS LISAS (SEM REBARBAS), DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: CAPAZ DE CONTER LÍQUIDOS FRIOS OU QUENTES, RESISTENTE A TEMPERATURAS DE ATÉ 100°C. INFORMAÇÕES EM ALTO RELEVO NO FUNDO DO COPO: MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, CAPACIDADE DO COPO E SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PLÁSTICO PARA FINS DE RECICLAGEM, CONFORME A NBR 13230. EMBALAGEM COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES ESTAMPADAS: NOME E CNPJ DO FABRICANTE, NÚMERO DE TELEFONE DO SAC, CAPACIDADE DO COPO, QUANTIDADE DE COPOS E GRAMATURA MÍNIMA DE CADA COPO. NÃO DEVERÃO APRESENTAR RESÍDUOS DE MATERIAL PLÁSTICO EM SEU INTERIOR, NEM QUALQUER OUTRA SUBSTÂNCIA QUE VENHA A CONTAMINAR OU COMPROMETER SEU CONTEÚDO. MARCA REGISTRADA. (PACOTE COM 100 UNIDADES).	R\$ 4,82	8.165	R\$ 39.355,30
			DISPENSADOR PLÁSTICO DE COPOS DESCARTÁVEIS DE 150-			

26	UND	628944	200 ML, CAPACIDADE: 100 UNIDADES.	R\$ 46,49	156	R\$ 7.252,44
27	UND	461335	EMBALAGEM PLÁSTICA TIPO GARRAFA, EM PET VIRGEM, TRANSPARENTE, GRAU ALIMENTÍCIO, ATÓXICA, PRÓPRIA PARA CONTATO COM ALIMENTOS, CAPACIDADE DE 500 ML, COM TAMPA PLÁSTICA NA COR AMARELA ROSQUEÁVEL COM VEDAÇÃO.	R\$ 2,00	524	R\$ 1.048,00
28	KG	481311	EMBALAGEM PLÁSTICA, FORMA SACO, LARGURA ENTRE 60CM E 90CM, ALTURA ENTRE 80CM E 120CM, MATERIAL POLIETILENO, ESPESSURA ENTRE 0,15MM E 0,20MM, COR INCOLOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RESISTENTE E REFORÇADO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE.	R\$ 33,68	32	R\$ 1.077,76
29	UND	398237	ESCORREDOR DE LOUÇA DE AÇO INOXIDÁVEL. - MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; - CAPACIDADE: 20 PRATOS; - COMPARTIMENTO PARA TALHERES, XÍCARAS, COPOS E DIVERSOS; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	R\$ 143,99	24	R\$ 3.455,76
30	UND	468503	ESPÁTULA, TIPO PÃO DURO, MATERIAL: SILICONE, COMPRIMENTO: 29+1 CM, APLICAÇÃO:COZINHA.	R\$ 18,05	19	R\$ 342,95
31	UND	242461	ESPRESSOR ELÉTRICO DE FRUTAS CÍTRICAS, PARA USO DOMÉSTICO, POTÊNCIA APROXIMADA DE 30 W, TENSÃO 220 V, ACIONAMENTO AUTOMÁTICO POR PRESSÃO, ACOMPANHADO DE JARRA COLETORA, PENEIRA E CONES PARA EXTRAÇÃO DE SUCO DE LARANJA E LIMÃO.	R\$ 89,99	7	R\$ 629,93
32	UND	357199	FACA CHEF TIPO PROFISSIONAL DE 6". - CABO ERGONÔMICO DE POLIPROPILENO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA; - MODELO DE REFERÊNCIA: FACA CHEF 6" CENTURY TRAMONTINA	R\$ 239,01	10	R\$ 2.390,10
33	UND	282595	FACA PARA DESOSSA PROFISSIONAL DE 6". - CABO ERGONÔMICO DE POLIPROPILENO INJETADO DIRETAMENTE SOBRE A ESPIGA DA LÂMINA; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA; - MODELO DE REFERÊNCIA: FACA PARA DESOSSAR INOX 6" CENTURY TRAMONTINA	R\$ 147,24	6	R\$ 883,44
34	UND	636350	FAQUEIRO COM 20 PEÇAS, COMPOSTO POR 4 COLHERES DE MESA, 4 COLHERES DE CHÁ, 4 FACAS PARA CHURRASCO, 4 GARFOS DE MESA E 4 GARFOS PARA SOBREMESA, CONFECCIONADOS EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABOS EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE.	R\$ 64,12	38	R\$ 2.436,56
35	UND	294447	FAQUEIRO DE INOX COM 24 PEÇAS. - ESPESSURA: 3 MM - MATERIAL DOS TALHERES: AÇO INOXIDÁVEL - MATERIAL DO CABO: AÇO INOXIDÁVEL - QUANTIDADE DE FACAS: 6 UND; - QUANTIDADE DE GARFOS: 6 UND; - QUANTIDADE DE COLHERES DE MESA: 6 UND; - QUANTIDADE DE COLHERES DE CAFÉ: 6 UND; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	R\$ 57,90	23	R\$ 1.331,70
36	UND	465884	FORMA DE PIZZA. MATERIAL: ALUMÍNIO ESPESSURA: 1 MM FORMATO: REDONDA ALTURA APROXIMADA: 2 CM APLICAÇÃO: PIZZA DIÂMETRO APROXIMADO: 40 CM.	R\$ 27,90	21	R\$ 585,90
37	UND	352619	FORMA PARA FABRICAÇÃO DE PRESUNTO. - CAPACIDADE: 1,150 KG; - MATERIAL: AÇO INOX 304 OVAL; - ENTREGUE EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL DE FÁBRICA.	R\$ 650,75	2	R\$ 1.301,50
38	UND	465744	FORMA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TAMANHO: Nº 3, FORMATO: RETANGULAR, LARGURA: 11+-1 CM, COMPRIMENTO: 27+1 CM, ALTURA: 6+1CM, APLICAÇÃO: FABRICAÇÃO PÃES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM ABA DE 1 CM.	R\$ 35,36	37	R\$ 1.308,32
39	UND	272254	FRASCO BORRIFADOR PULVERIZADOR MANUAL COM CAPACIDADE NOMINAL DE 500 ML, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO PET TRANSPARENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, DOTADO DE VÁLVULA TIPO SPRAY TRIGGER (GATILHO) EM POLIPROPILENO, COM BICO REGULÁVEL PARA APLICAÇÃO EM JATO OU NÉVOA E SISTEMA DE TRAVA DE SEGURANÇA. O PRODUTO DEVERÁ SER REUTILIZÁVEL, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO E COMPATÍVEL COM ÁGUA, ÁLCOOL 70%,	R\$ 4,65	781	R\$ 3.631,65

			DESINFETANTES, DETERGENTES DILUÍDOS E DEMAIS SOLUÇÕES DE LIMPEZA NÃO CORROSIVAS, SENDO INDICADO PARA APLICAÇÕES DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E PULVERIZAÇÃO EM GERAL			
40	UND	474431	FRASCO PARA ÁLCOOL COM VÁLVULA PUMP 500ML. FRASCO PLÁSTICO PARA APLICAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁLCOOL LÍQUIDO OU EM GEL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: FRASCO. CAPACIDADE PARA 500ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VÁLVULA PUMP ROSQUEÁVEL. PRODUTO DE HIGIENE.	R\$ 6,11	329	R\$ 2.010,19
41	UND	444499	FRIGIDEIRA, MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: RASA, DIÂMETRO: 25 CM, REVESTIMENTO: ANTIADERENTE, MATERIAL CABO: BAQUELITE.	R\$ 43,11	22	R\$ 948,42
42	PCT 50 UND	236043	GARFO DE FESTA DESCARTÁVEL, UNIDADE: PACOTE COM 50 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: GARFO, COR: PRETO, VERDE OU AZUL, TAMANHO: 12 A 14 CM, APLICAÇÃO: SOBREMESAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEVENDO ESTAR EMBALADO, SEM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU TRANSPORTE.	R\$ 3,81	673	R\$ 2.564,13
43	UND	384413	GARRAFA TÉRMICA DE 1 L, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TAMPA TIPO PRESSÃO, AMPOLA INQUEBRÁVEL.	R\$ 99,50	113	R\$ 11.243,50
44	UND	229112	GARRAFÃO MATERIAL: PLÁSTICO, CAPACIDADE: 20 L, APLICAÇÃO: ÁGUA MINERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: VAZIO, TRANSPARENTE, RETORNÁVEL, VASILHAMES EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE (POLIPROPILENO) REUTILIZÁVEIS; DEVEM POSSUIR TAMPA VEDANTE REUTILIZÁVEL E ÁREA PARA LACRE DE SEGURANÇA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; HOMOLOGADOS PELA ANVISA E EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT NBR 14222 /14328.	R\$ 20,35	852	R\$ 17.338,20
45	PACOTE 50 UND	243002	GUARDANAPO DE PAPEL MACIO, NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 23 X 22 CM. CONFECCIONADO EM MATERIAL 100% FIBRA CELULÓSICA VIRGEM, EM FOLHA SIMPLES. ALVURA SUPERIOR A 70%, EM CONFORMIDADE COM A NORMA ISO, E IMPUREZA MÁXIMA DE 15 MM²/M², SEGUNDO A NORMA TAPPI T 437 OM-90. O PRODUTO DEVE OBSERVAR CRITÉRIOS DE RASTREABILIDADE E ORIGEM DOS INSUMOS DE MADEIRA A PARTIR DE FONTES DE MANEJO SUSTENTÁVEL, DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 14790: 2011, UTILIZADA PELO CERFLOR, OU COM O PADRÃO FSC-STD-40-004 V2-1. A COMPROVAÇÃO DA CONFORMIDADE DEVE SER FEITA POR MEIO DO CERTIFICADO DA CADEIA DE CUSTÓDIA E/OU SELO DE CADEIA DE CUSTÓDIA DO CERFLOR OU DO FSC. O PRODUTO DEVERÁ SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, QUE DEVERÁ CONTER A COMPOSIÇÃO, O NOME DO FABRICANTE OU IMPORTADOR, ENDEREÇO COMPLETO E O NÚMERO DE TELEFONE DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR (SAC). PRODUTO COM MARCA REGISTRADA. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	R\$ 1,48	3.324	R\$ 4.919,52
46	UNIDADE	242520	JARRA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 2 L, MODELO: REDONDO, COM TAMPA E ALÇA.	R\$ 75,00	52	R\$ 3.900,00
47	UND	616054	JOGO DE PANEAS COM 10 PEÇAS, CONFECCIONADAS EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIADERENTE, CABOS, ALÇAS E PEGADORES EM MATERIAL ANTITÉRMICO, PANEAS E CAÇAROLAS ACOMPANHADAS DE TAMPAS DE VIDRO TEMPERADO COM BORDAS EM AÇO INOX, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO: 2 PANEAS COM CAPACIDADES APROXIMADAS ENTRE 0,8 E 1,4 LITRO; 2 CAÇAROLAS COM CAPACIDADES APROXIMADAS ENTRE 2 E 2,8 LITROS; 2 FRIGIDEIRAS; 1 FERVEDOR; 1	R\$ 361,68	5	R\$ 1.808,40

			PANQUEQUEIRA OU TAPIQUEIRA; E 2 ASSADEIRAS, SENDO UMA RASA E UMA REDONDA. COR PRETA, GRAFITE OU SIMILAR.			
48	UND	616054	JOGO DE PANEAS COM 5 PEÇAS, CONFECCIONADAS EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO INTERNO ANTIADERENTE, CABOS E ALÇAS EM MATERIAL ANTITÉRMICO, CONTENDO PANEAS, CAÇAROLA E FRIGIDEIRA, ADMITIDA COMPOSIÇÃO EQUIVALENTE.	R\$ 327,33	24	R\$ 7.855,92
49	UND	631378	JOGO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, CONTENDO 5 PEÇAS, COMPOSTO POR CONCHA, COLHER, ESCUMADEIRA OU PÁ, ESPÁTULA OU GARFO E PEGADOR DE MASSA, ADMITIDA COMPOSIÇÃO FUNCIONAL EQUIVALENTE.	R\$ 70,84	25	R\$ 1.771,00
50	UND	219102	KIT COM 3 TRAVESSAS OVAIS RASAS, CONFECCIONADAS EM AÇO INOXIDÁVEL, CONTENDO UMA TRAVESSA PEQUENA, UMA MÉDIA E UMA GRANDE, COM COMPRIMENTOS APROXIMADOS ENTRE 21 E 30 CM, APROPRIADAS PARA SERVIR ALIMENTOS.	R\$ 31,82	20	R\$ 636,40
51	KIT/CONJUNTO	437563	KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO DE BOTIJÃO DE GÁS (GLP), COMPOSTO POR 1 (UM) REGULADOR DE PRESSÃO, 1 (UMA) MANGUEIRA FLEXÍVEL PARA GLP (DESTINADO AO USO EM BOTIJÕES P13) E 2 (DUAS) ABRAÇADEIRAS METÁLICAS, FABRICADAS EM AÇO CARBONO ZINCADO OU AÇO INOXIDÁVEL, COMPATÍVEIS COM A MANGUEIRA. A MANGUEIRA DEVE SER FABRICADA EM PVC FLEXÍVEL REFORÇADO COM MALHA TÊXTIL, COMPRIMENTO DE 1,20M A 1,25M; O REGULADOR DE PRESSÃO E A MANGUEIRA DEVEM POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, E ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) APLICÁVEIS ÀS PORTARIAS E REGULAMENTOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO INMETRO VIGENTES.	R\$ 57,75	100	R\$ 5.775,00
52	UND	623201	PANELA PRESSÃO, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 4,5 L, MATERIAL CABO: BAQUELITE, SISTEMA SEGURANÇA: VÁLVULAS E TRAVA EXTERNA.	R\$ 446,41	10	R\$ 4.464,10
53	UND	228893	PANO PRATO, EM TECIDO SACO ALVEJADO 100% ALGODÃO, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ACABAMENTO COSTURADO (ARREIMATE) NAS BORDAS, FELPUDO, ATOALHADO E LAVÁVEL, UNIDADE. DIMENSÕES MÍNIMAS: 45X65CM (CXL), COM TOLERÂNCIA DE +/- 2CM.	R\$ 2,79	853	R\$ 2.379,87
54	UND	233708	PAPEL ALUMÍNIO EM ROLO, LARGURA 45 CM X COMPRIMENTO 7,5 M.	R\$ 6,47	592	R\$ 3.830,24
55	UND	340210	PAPEL FILME DE PVC EM ROLO MEDINDO 28 CM X 30 M.	R\$ 6,92	982	R\$ 6.795,44
56	PCT/6 ROLOS	290376	PAPEL TOALHA BOBINA, FOLHA SIMPLES, MEDINDO 20 CM × 200 M, 100% CELULOSE VIRGEM, COR BRANCA, EMBALAGEM COM 6 ROLOS	R\$ 55,69	560	R\$ 31.186,40
57	UND	609390	PEGADOR DE MASSA EM INOX DE ALTA QUALIDADE, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, TAMANHO APROXIMADO DE 28 A 30 CM.	R\$ 22,90	12	R\$ 274,80
58	UND	397248	PENEIRA COZINHA, MATERIAL: PLÁSTICO; DIÂMETRO: 7 CM; MATERIAL DA TELA: POLIÉSTER; TIPO DE MALHA: FINA; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM CABO.	R\$ 4,45	40	R\$ 178,00
59	UND	245065	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 1.000 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 1.000 ML.	R\$ 27,00	103	R\$ 2.781,00
60	UND	285648	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 140 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 140 ML.	R\$ 11,80	84	R\$ 991,20
61	UND	311829	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 250 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 250 ML.	R\$ 12,64	110	R\$ 1.390,40

62	UND	245064	POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL COM TAMPA DE 500 ML (25 UNIDADES), COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO ATÓXICO, TRANSMITÂNCIA: TRANSPARENTE, CONTÉM: 25 UNIDADES DE POTES E SOBRETAMPAS DE 500 ML.	R\$ 23,07	81	R\$ 1.868,67
63	UND	440098	POTE DE VIDRO: TIPO CONSERVA; VOLUME: APROXIMADAMENTE 600ML; TIPO ALTO; COM TAMPA DE PLÁSTICO ROSQUEÁVEL; TRANSPARENTE; CILÍNDRICO.	R\$ 10,85	120	R\$ 1.302,00
64	UND	466845	POTE VIDRO, TRANSPARENTE, CAPACIDADE MÍNIMA 3 LITROS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA PLÁSTICA OU DE METAL ROSQUEÁVEL.	R\$ 32,25	73	R\$ 2.354,25
65	PCT 10 UNIDADES	364463	PRATO DE FESTA DESCARTÁVEL, UNIDADE: PACOTE COM 10 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO, TIPO: PRATO REDONDO, COR: PRETO, VERDE, AZUL OU VERMELHO, DIÂMETRO: 15 A 17 CM, APLICAÇÃO: SOBREMESAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEVENDO ESTAR EMBALADO, SEM DEFEITOS DE FABRICAÇÃO OU TRANSPORTE.	R\$ 1,56	2.031	R\$ 3.168,36
66	UND	222373	PRATO FUNDO PARA REFEIÇÃO, CONFECCIONADO EM VIDRO TEMPERADO, FORMATO CIRCULAR, SUPERFÍCIE LISA, COR TRANSPARENTE, INCOLOR OU BRANCA, DIÂMETRO ENTRE 22 E 24 CM, RESISTENTE A MICRO-ONDAS E USO COTIDIANO.	R\$ 4,74	178	R\$ 843,72
67	UND	443823	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FUNDO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 23CM. COR: BRANCA.	R\$ 12,61	145	R\$ 1.828,45
68	UND	443951	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 20,50 CM. COR: BRANCA	R\$ 14,00	142	R\$ 1.988,00
69	UND	443950	PRATO. PORCELANA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RASO, OCTOGONAL. DIÂMETRO MÍNIMO: 28,50 CM. COR: BRANCA	R\$ 22,50	116	R\$ 2.610,00
70	UND	474839	RECIPIENTE ALIMENTOS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 500 ML, APLICAÇÃO: COZINHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA, FORMATO: ELÍPTICO.	R\$ 25,52	34	R\$ 867,68
71	UND	357253	ROLO MANUAL PARA MASSA EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPRIMENTO MÍNIMO: 40 CM. REGULAGEM DE ESPESURA DA MASSA.	R\$ 50,99	16	R\$ 815,84
72	UND	298413	SACO PARA EMBALAR A VÁCUO 25 X 30, 100 UNIDADES, MATERIAL: PLÁSTICO TRANSPARENTE, ALTURA: 30 CM, LARGURA: 25 CM, APLICAÇÃO: ACONDICIONAMENTO DE CARNES, ESPESURA: 12 MICRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: EMBALAGEM A VÁCUO, PACOTE COM 100 UNIDADES.	R\$ 58,31	21	R\$ 1.224,51
73	PACOTE 1000 UND	313356	SACO PARA PRODUÇÃO DE MUDAS, EM POLIETILENO PRETO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 × 20 CM (LARGURA × ALTURA), ESPESURA MÍNIMA DE 0,007 CM (70 µM), COM PERFURAÇÕES PARA DRENAGEM, RESISTENTE, DESTINADO À PRODUÇÃO DE MUDAS.	R\$ 65,00	31	R\$ 2.015,00
74	PCT	264440	SACO DE VÁCUO: SACO PLÁSTICO VIRGEM PARA VÁCUO; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE À ÁCIDOS, ÁLCALIS E MATERIAIS OLEOSOS E GORDUROSOS; TEMPERATURA DE USO: -30 A 120 °C; TRANSPARENTE; ALTURA: 25CM; LARGURA: 20CM; PACOTE COM 100 UNIDADES.	R\$ 37,19	55	R\$ 2.045,45
75	UND	622167	SUPORTE PARA GALÃO DE ÁGUA ATÉ 20 LITROS COM TORNEIRA	R\$ 39,00	41	R\$ 1.599,00
76	UND	485789	TIGELA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL , CAPACIDADE: 8000 ML, DIÂMETRO: 32+-1CM.	R\$ 33,15	25	R\$ 828,75
77	UND	300094	TOALHA DE MESA RETANGULAR 3,20 X 1,40, MATERIAL: RENDA, NA COR BRANCA	R\$ 55,00	29	R\$ 1.595,00
78	UND	372142	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL 2M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: SÓLIDA, COR: AVELÃ. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	R\$ 29,41	60	R\$ 1.764,60

79	UND	378766	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL 5M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 5M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: VARIADAS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	R\$ 48,00	31	R\$ 1.488,00
80	UND	467194	TOALHA DE MESA IMPERMEÁVEL XADREZ 2M, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: XADREZ, COR: AZUL OU VERMELHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	R\$ 30,99	20	R\$ 619,80
81	UND	619806	TOALHA DE MESA TRANSPARENTE, FORMATO: RETANGULAR, MÍNIMO 6 LUGARES, MATERIAL: PVC OU SIMILAR DE QUALIDADE SUPERIOR, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO: 2M, LARGURA: 1,4M, ESTAMPA: LISA, COR: TRANSPARENTE CRISTAL, APLICAÇÃO: PROTEGER A TOALHA DE MESA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: O ITEM NÃO DEVE APRESENTAR COSTURAS SOLTAS, DESFIADAS, RASGOS OU MANCHAS DE TINTAS.	R\$ 16,75	32	R\$ 536,00
82	EMBALAGEM 1000 FOLHAS	436328	TOALHA DE PAPEL MATERIAL: 100% CELULOSE VIRGEM, TIPO FOLHA: 2 DOBRAS, COMPRIMENTO: 20 CM, LARGURA: 21 CM, COR: BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INTERFOLHADA. 1000 FOLHAS.	R\$ 11,65	3.321	R\$ 38.689,65
83	UND	443808	XÍCARA MATERIAL: PORCELANA. TIPO: CHÁ. COR: BRANCA. CAPACIDADE: 240+-10 ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, MODELO OCTOGONAL.	R\$ 14,62	109	R\$ 1.593,58
84	UNIDADE	220126	XÍCARA, MATERIAL: PORCELANA, TIPO: CHÁ, COR: BRANCA, CAPACIDADE: 200 ML, COM PIRES.	R\$ 16,22	124	R\$ 2.011,28
85	UND	249875	XÍCARA. MATERIAL: PORCELANA. TIPO: CAFÉ. COR: BRANCA. CAPACIDADE: 60+-10 ML. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PIRES, MODELO OCTOGONAL.	R\$ 13,98	178	R\$ 2.488,44
					TOTAL	R\$ 371.260,21

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação será estruturada por itens, sem formação de lotes, em observância ao princípio do parcelamento previsto na Lei nº 14.133/2021. O objeto é composto por MATERIAL DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM com características técnicas distintas, finalidades específicas e ampla disponibilidade no mercado, circunstâncias que permitem sua aquisição de forma individualizada, sem prejuízo ao atendimento da necessidade administrativa.

A adoção do critério por item amplia a competitividade do certame, ao possibilitar a participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos do mercado de materiais de proteção e segurança, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo maior concorrência e ampliando as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Verificou-se, que os itens objeto da contratação não possuem dependência técnica entre si, nem exigem fornecimento integrado ou execução conjunta para o adequado atendimento das necessidades institucionais. Dessa forma, a divisão por itens não compromete a execução contratual, mostrando-se técnica e economicamente viável, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações que guardam relação ou afinidade com o objeto da compra pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens solicitados constam no PGC 2026 e estão em conformidade com o Plano de Contratações Anual de 2026 (PCA 2026). As suas respectivas numerações se encontram indicadas nos ofícios de justificativa da necessidade da IRP nº 26/2026, elaborados pelas unidades requisitantes que compõem o processo de consolidação de demandas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos MATERIAIS DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM permitirá o adequado atendimento das necessidades das unidades acadêmicas, administrativas, laboratoriais, assegurando a disponibilidade dos materiais necessários ao desenvolvimento regular das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa.

Entre os principais benefícios esperados destacam-se:

- atendimento consolidado das necessidades das unidades participantes;
- padronização e racionalização das aquisições;
- melhoria das condições de armazenamento, acondicionamento, conservação e serviço de alimentos, bebidas e insumos;
- redução do número de processos de compra e dos custos administrativos associados;
- maior eficiência na gestão dos estoques e na reposição de materiais;
- ganhos de escala e potencial redução de preços por meio da contratação centralizada;
- ampliação da competitividade entre fornecedores;
- maior flexibilidade para aquisições parceladas conforme a necessidade;
- continuidade das atividades institucionais com disponibilidade adequada de materiais de copa e cozinha.

Dessa forma, a contratação contribuirá para o cumprimento das finalidades institucionais da UFPB, promovendo eficiência administrativa, economicidade e adequação das condições de trabalho e estudo nos diversos ambientes da Universidade.

13. Providências a serem Adotadas

Após a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar, deverão ser adotadas as seguintes providências para continuidade da instrução processual:

1. consolidação das demandas das unidades participantes por meio da finalização da Intenção de Registro de Preços (IRP) interna;
2. eventual revisão dos valores estimados da contratação, caso necessária após a consolidação das quantidades da IRP interna, observando-se a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;
3. atualização do Gerenciamento de Riscos e do Mapa de Riscos, caso necessário, considerando eventuais alterações no objeto, quantitativos ou estratégia de contratação;
4. elaboração ou revisão do Termo de Referência, com observância dos modelos padronizados da Advocacia-Geral da União (AGU), da legislação aplicável e das definições constantes neste planejamento;
5. continuidade da instrução processual e posterior encaminhamento à unidade competente para realização do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços.

As providências descritas visam assegurar a adequada formalização da contratação, a observância das normas aplicáveis e a compatibilidade entre a solução planejada e as necessidades institucionais identificadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A licitação para a aquisição destes itens deverá se pautar no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. Deverão ser observados os aspectos listados na Instrução Normativa SLTI /MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Verificou-se que a solução proposta é adequada para atender às necessidades das unidades da Universidade Federal da Paraíba, proporcionando o suprimento dos materiais de copa, cozinha, acondicionamento e embalagem necessários ao desenvolvimento das atividades administrativas, acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão.

Além disso, a contratação mostra-se técnica e economicamente vantajosa, favorecendo a padronização dos materiais, a racionalização dos procedimentos de aquisição, a obtenção de ganhos de escala e a ampliação da competitividade entre os fornecedores.

Ressalta-se que a demanda encontra-se devidamente justificada pelas unidades requisitantes, as quais previram em seus planejamentos a utilização dos materiais objeto desta contratação, evidenciando sua essencialidade para a continuidade e o adequado funcionamento das atividades institucionais da Universidade Federal da Paraíba.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NADIA RODRIGUES GOMES DO NASCIMENTO GALVAO

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 10/09/2026 às 16:35:36.

LINCOLN PONTES VAZ

Equipe de Planejamento

LAIS MARIA ALMEIDA LINS

Equipe de Planejamento

TANIA MARIA CORREIA BRAGA

Equipe de Planejamento

FRANCINEY DE CARVALHO FRAZAO

Equipe de Planejamento

RAFAELA DE OLIVEIRA FERNANDES

Equipe de Planejamento

CYNTHIA MARIA REGIS SIQUEIRA

Equipe de Planejamento

GILVANDRO RODRIGUES PATRICIO

Equipe de Planejamento

FRANKLIN FLAUBER SANTOS MENEZES

Equipe de Planejamento

REBECCA BESERRA NOGUEIRA JERONIMO

Equipe de Planejamento

RAFAELLE BRAGA VASCONCELOS COSTA

Equipe de Planejamento

CARLOS DANIEL DOS SANTOS

Equipe de Planejamento

ARIANE SUELEN DA SILVA

Equipe de Planejamento

GABRIEL VIEIRA HOLANDA DE ALMEIDA

Equipe de Planejamento

VANESSA PEDRO DA SILVA

Equipe de Planejamento

ALNIO SUAMY DE SENA

Equipe de Planejamento

OSCAR COSTA DINIZ

Equipe de Planejamento

GEISYANNE FERREIRA DA CRUZ MORAIS

Equipe de Planejamento

RICARDO GOMES LIMA

Equipe de Planejamento

MANOEL WELTON DA SILVA SANTOS

Equipe de Planejamento

JANE EYRE DOS SANTOS OLIVEIRA

Equipe de Planejamento

JOSE BEZERRA DE MACENA NETO

Equipe de Planejamento

PAULINO JOAQUIM DA SILVA NETO

Equipe de Planejamento

CRISTIANO CAVALCANTI BATISTA

Equipe de Planejamento

DARCI MEDEIROS NETO

Equipe de Planejamento

EMMANUEL MELQUIADES ARAUJO

Equipe de Planejamento

DJALMA MARTINS DO NASCIMENTO JUNIOR

Equipe de Planejamento

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Processo Administrativo nº 23074.093468/2026-65

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Universidade Federal da Paraíba, com sede no(a) [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ], neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202..., processo administrativo n.º 23074.093468/2026-65, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de MATERIAL DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º SIPAC 24/2026 – Contratação: SRP 153065-53/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal da Paraíba.

3.1.1. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.1.1.1. UASG 153066 – SOF Prefeitura Universitária da UFPB;

3.1.1.2. UASG 153074 – Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, Campus III, Bananeiras/PB;

3.1.1.3. UASG 153073 – Centro de Ciências Agrárias da UFPB, Campus II, Areia/PB.

<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *podrá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item Erro: Origem da referência não encontrada, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e publicada no site <https://www.pra.ufpb.br/category/contratacoes-publicas/pregoes-e-dispensa/>*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Emitido em 27/10/2026

EDITAL Nº 24/2026 - PRA - CPL (11.01.08.92)
(Nº do Documento: 24)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 27/10/2026 15:48)
GEORGE RODRIGO BELTRAO DA CRUZ
PRO-REITOR(A)
3301269

(Assinado digitalmente em 27/10/2026 15:47)
ANA CAROLINA GUEDES DORNELAS CARVALHO
TECNICO EM CONTABILIDADE
1184223

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número:
24, ano: **2026**, documento (espécie): **EDITAL**, data de emissão: **27/10/2026** e o código de verificação: **b27a6c353f**